

|   |          |
|---|----------|
| DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES                   |          |
| Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas |          |
| CEIOP   |          |
| N.º Único                                       | 542331   |
| Entrada/Saída n.º                               | 49       |
| Data  | 1/2/2016 |

Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão de Economia, Obras  
Públicas e Inovação  
Deputado Hélder Amaral

**Assunto – Pedido para Audição no âmbito das notícias do dia 1 de fevereiro relacionadas com os salários do Conselho de Administração da ANAC – Autoridade Nacional de Aviação Civil**

Foi hoje tornado público uma notícia relacionada com os vencimentos do Conselho de Administração do regulador do Setor da Aviação, ANAC.

Esta notícia, largamente divulgadas ao longo de todo o dia, dá nota de um conjunto de comportamentos que urgem ser esclarecidos.

Desde logo, porque trazem para a opinião pública a atuação de um órgão em cujos membros foram aumentados para um valor que triplica o vencimento base para o cálculo destas remunerações e que deve ser o do primeiro-ministro.

Em segundo lugar, e porque da leitura da Lei não transparece esta possibilidade, foram efetuados pagamentos dos vencimentos do Conselho de Administração da ANAC com caráter retroativo.

Em terceiro lugar, e contrariamente ao que a Lei impõe, não foi efetuada a devida publicitação das remunerações do Conselho de Administração.

Por último, e não menos importante, recordamos todo o processo que levou à apreciação pelo Parlamento do Presidente e Vice-Presidente da ANAC, cujos pareceres foram altamente críticos dos nomes indicados pela CRESAP e propostos pelo Governo, e constata-se que o anterior Governo procedeu à nomeação de um membro do Conselho de Administração sem que a mesma tivesse passado pelo Parlamento, e que, de acordo com o que foi conhecido à data, teria sido reprovada pela própria CRESAP.

Assim sendo, e considerando que a Assembleia da República tem um papel de fiscalização da atividade do Governo e dos organismos sob tutela, e que neste caso concreto lhe é imposto por força da Lei dos Reguladores, importa ouvir na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, os principais agentes que tiveram um papel ativo em todo este processo que conduziu à nomeação do atual Conselho de Administração da ANAC.

Assim, vêm os Deputados do PS, nos termos das disposições legais vigentes requerer, com caráter de urgência, as seguintes Audições:

- Deputada Maria Luís Albuquerque;
- Dr. António Pires de Lima;
- Professor Doutor João Abreu de Faria Bilhim.

**Lisboa, 1 de fevereiro de 2016.**

***Os Deputados,***

*Luís Moreira Testa, João Paulo Correia e Carlos Pereira*